

ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR E TECNICO

FACULDADE ASCES

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**O PACTO PELA VIDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:**

**Análise Do Discurso Dos Agentes Sociais Afetados Pela Política  
Pública De Segurança**

IHAGO CORREIA CUNHA

CARUARU

2016

IHAGO CORREIA CUNHA

**O PACTO PELA VIDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:  
Análise Do Discurso Dos Agentes Sociais Afetados Pela Política  
Pública De Segurança**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado à FACULDADE ASCES,  
como requisito parcial, para a obtenção  
do grau de bacharel em Administração  
Pública, sob orientação da Professora  
Hannah Miranda Morais.

CARUARU

2016

**BANCA EXAMINADORA**

**APROVADO EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_**

---

**Presidente: Prof.(a). Hannah Miranda Morais**

---

**Primeiro Avaliador (a)**

---

**Segundo Avaliador (a)**

## DEDICATÓRIA

*Dedico, primeiramente, este trabalho a Deus, que me deu o saber do qual eu necessitava para dar continuidade a todos os meus afazeres na faculdade, dedico também a meus pais, Ivanneska Rodrigues Oliveira Cunha e José Inaldo Correia Cunha que me dão forças para continuar na minha trilha árdua de estudos e trabalho, à minha irmã Ihasminne Florence Correia Cunha, que cedia suas obrigações para que eu pudesse realizar as pesquisas, à minha futura esposa Victória Nathalie Farias Pimentel, aos meus amigos Raphaell Araújo e João Filho, e por fim a meu sogro e amigo Luciano Pimentel de Lima (in memoriam), que me ajudou a dar continuidade a esta monografia.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Centro Universitário Asces - Unita, juntamente com todos os seus funcionários, que se tornaram grandes amigos para mim, seu corpo docente, direção e administração, que me proporcionaram a melhor estadia e ensino que eu pude ter.

A orientadora Hannah Miranda Morais, que teve paciência com minhas ideias, que me guiou em um caminho correto para que eu finalizasse meu trabalho, pela sua atenção e seus auxílios, quando necessitei.

A professora Ivânia Porto, a qual me ajudou em minha pesquisa acadêmica, bem como sua amizade e dedicação ao trabalho prestado e a todo o corpo docente do curso de Administração Pública.

Ao jornalista Paulo Dimas, que me proporcionou a possibilidade de entrega da minha monografia, no momento em que tudo parecia que iria dar errado.

Agradeço também aqueles que participaram na construção do trabalho, com as entrevistas, com livros, com opiniões expostas e no incentivo a conclusão do curso.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo de analisar os possíveis impactos do programa Pacto Pela Vida de Pernambuco vem sofrendo com a falta de reformulação e ampliação enquanto política pública de segurança. Diante disso, visou entender, por meio de dados coletados através de entrevistas semi-estruturadas, as principais dificuldades e assertividades do programa. Para tanto, foram entrevistadas três categorias de sujeitos sociais, sendo elas: servidor público, agente de segurança e agente da sociedade civil. A análise dos dados ocorreu pela perspectiva proposta por Bardin (2009) para uma análise de conteúdo. As análises apontam para três categorias analíticas desveladas pelo discurso comum dos agentes sociais sobre o Pacto pela vida em Pernambuco, sendo elas: a cidade está insegura, o pacto pela vida trouxe uma nova perspectiva de interação entre as esferas de segurança e o pacto pela vida precisa ser reestruturado. Considerações finais mostram a importância do estudo para uma futura ação do governo em combate a criminalidade no município de Caruaru - PE. Bem como, instruir uma nova política pública de segurança no Estado/Município a qual vise reestruturar o Pacto pela vida diante das novas demandas da sociedade.

**Palavras-chave:** Pacto Pela Vida; Segurança Pública; Política Pública; Política de Segurança;

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1. PROBLEMA DE PESQUISA E CONTEXTUALIZAÇÃO DE CENÁRIO</b> .....	11
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	14
2.1 SEGURANÇA PÚBLICA: ABORDAGEM HISTÓRICA NO BRASIL. ....	14
2.2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO PÚBLICA .....	16
2.3 POLÍTICA PÚBLICA .....	18
2.4 A SEGURANÇA E O ESTADO .....	19
2.5 A POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA: O PACTO PELA VIDA.....	21
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	27
3.1 METODOLOGIA: TIPO DE PESQUISA.....	27
3.2 <i>CORPUS</i> DE PESQUISA .....	28
3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS .....	30
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	31
4.1 CATEGORIA ANALÍTICA: O PACTO PELA VIDA NÃO FORNECE MAIS UMA CIDADE SEGURA.....	31
4.1.1 NÃO VEJO POLICIAMENTO NA RUA. ....	31
4.1.2 VEJO MUITO ASSALTO .....	32
4.2 CATEGORIA ANALÍTICA: O PACTO PELA VIDA TROUXE A INTEGRAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA. ....	33
4.3 CATEGORIA ANALÍTICA: REESTRUTURAÇÃO DO PACTO PELA VIDA.....	35
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	43
APÊNDICE A.....	47
ANEXO B .....	48

## INTRODUÇÃO

A administração pública está presente desde as primeiras civilizações com os modelos de hierarquias dos poderes em favor de todos que estão na sociedade. Desse modo, para Oliveira (1975), a administração pública é o conjunto de órgãos e pessoas jurídicas, sob o aspecto objetivo de compreender as atividades do Estado destinadas à satisfação dos interesses públicos.

Logo, a administração pública é a manifestação do poder público decomposto em atos jurídico-administrativos dotados da propriedade da auto-executoriedade, ainda que de caráter provisório. Pois, trata-se da ligação de comunicação do Estado com a sociedade, assim, o Estado deve garantir o serviço público de qualidade por meio de políticas públicas que favoreçam a sociedade.

Visando essa demanda, do favorecimento da sociedade, que vamos entender que a ação pública é um conjunto de decisões administrativas e ações governamentais com o intuito de resolver os problemas de interesses do público, sendo a política pública uma de suas principais ferramentas (RUA, 1997).

As políticas públicas são compreendidas como um conjunto de decisões, planos, metas e ações governamentais voltados para a resolução de problemas de interesse público. Nesta visão, para se obter uma política pública com resultados esperados, é necessário ter diversos agentes públicos e funções a serem realizadas, desde a tomada de decisão até sua formulação (FREY, 2000).

Assim, após a implementação de uma política pública, prezasse que ao final de sua implantação haja um momento para sua avaliação. Pois, não havendo essa preocupação uma política pública Federal, em exemplo, poderá não obter-se resultados satisfatório sendo aplicado em um âmbito municipal, isso explica que existe uma diferença nas políticas e que cada âmbito tem seu referencial de destaque (FREY, 2000).

Diante do exposto, sobre os deveres da gestão pública e o instrumento da política pública, que indicamos um contexto maior, o da sociedade e suas problemáticas. Pois, a esfera social, com os avanços decorrentes do capitalismo, do crescimento populacional, dos índices de desemprego e a falta de acompanhamento

das ações governamentais para segurança, vem mostrando índices de criminalidade dos municípios que tendem a sofrer aumento decorrido a diferença de renda da população, com isso, a administração pública brasileira discute questões relativas para a criação de políticas públicas, principalmente no que tange a segurança (BRETAS, 1997).

Desse modo, a amplitude da segurança é um dos temas mais abordados atualmente, alertando estudos específicos voltados para a área em busca de um resultado satisfatório para a sociedade a partir de programas e atores trabalhando em conjunto para alcançar o resultado planejado. Pois a violência surge desde os tempos primatas e estará presente em diversos lugares, é uma ação que para alguns autores nunca será possível acabar com os conflitos de violência, mas a Administração Pública deve-se pensar em meios para reduzir ao máximo esses índices assim garantindo a segurança para a sociedade.

Como exemplo de planejamento na área de segurança tem o governo Fernando Henrique Cardoso, que a partir dos desdobramentos da Conferência Mundial de Direitos Humanos, ocorrida em Viena, em 1993, cria, em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), aperfeiçoando-o em 2000, com a instituição do II Programa Nacional de Direitos Humanos, após a IV conferência Nacional de Direitos Humanos, ocorrida em 1999. Demonstrando disposição em reorganizar o arranjo e a gestão da segurança pública (FREIRE, 2009).

Juntamente com o Governo Federal, que cria, em 1995, no âmbito do Ministério da Justiça, a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg). Transformando-a, no ano de 1998, em Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), tendo como perspectiva atuar de forma articulada com os estados da federação para a implementação da política nacional de segurança pública (FREIRE, 2009).

Por isso, as ações de controle da ordem pública tornaram mais complexas na “ordem democrática” e a reorganização do aparelho estatal não resultou na imediata participação social na construção da política de segurança pública, necessária ao país (CARVALHO E SILVA, 2010).

Frente aos argumentos sobre a segurança pública, que entendemos O Pacto Pela Vida como objeto de estudo para compreender as distorções relativas à implantação de políticas públicas de segurança na sociedade. O Pacto Pela Vida é uma política de segurança implantada para a sociedade em 2007, transversal e integrada com participação da sociedade e do judiciário em combate e controle da criminalidade no estado de Pernambuco.

Assim, diante dessas questões, que envolve a segurança pública como demanda social recorrente e as políticas públicas como ferramenta da gestão pública, que o presente estudo procura desvendar por meio do discurso dos agentes sociais que são afetados pela implementação da política pública de segurança – no nível de quem formula, de quem operacionaliza e de quem é afetado- as distorções de uma política pública de segurança. Diante disso que o presente estudo indaga a seguinte questão de pesquisa: **Quais as distorções percebidas na política públicas de segurança, o Pacto pela Vida, pelos agentes sociais (cidadão, policial e gestor público), que são afetados por sua implantação?**

## 1. PROBLEMA DE PESQUISA E CONTEXTUALIZAÇÃO DE CENÁRIO

Inicialmente, pela Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 144, o qual determina que seja dever do Estado garantir a segurança pública a todos os presentes na sociedade. Diante disso, o Estado deveria estar em pleno exercício de pensar e melhorar a segurança, pois com os avanços tecnológicos do contemporâneo, o Estado deveria estar sempre em progressão e atualização da segurança pública garantindo sempre e melhor o direito de segurança (SEPLAG, 2007).

Diante da relação Estado e segurança, de que no período de 2007 surge o Pacto pela Vida enquanto uma política construída para favorecer um bem pela sociedade. Nos primeiros anos, vieram a reduzir o número de criminalidade, mas no decorrer dos anos, houve um desenvolvimento da criminalidade e o programa não seguiu em desenvolvimento, com isso, o programa passou a ser um programa com muitas falhas (ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013).

Diversos fatores causam problemas no pacto pela vida, desde a criação de novos modelos de política à falta de melhorias de desempenho para os servidores públicos. Entretanto, o maior problema e que gera mais impacto na sociedade são: a falta de integração de novos servidores, falta de incentivo monetário e falta de equipamentos que venha a favorecer o servidor público (JCONLINE, 2014).

Assim como, a falta de manutenção dos próprios materiais de trabalho, a exemplo dos computadores, veículos e armamentos de ataque e defesa. Esses são alguns fatores que veem a desestimular os servidores públicos e atrapalhar os serviços da segurança pública na região (SEPLAG, 2007).

A falta de reformulação da carreira de um agente é outro fator de extrema importância no programa, pois o não incentivo de jornada de trabalho e a desvalorização monetária na profissão acabam impactando diretamente e justificando o índice baixo de agentes efetivados. Atualmente, os agentes de polícia têm uma carga horária de trabalho de 12h/24h (trabalha 12 horas e folga 24 horas). Porque não há

quantidade suficiente de servidores de segurança, fazendo com que a grande maioria desses agentes seja convocados para plantões extras (OLIVEIRA, 2006).

A utilização de materiais de trabalho de ataque e defesa também é uma das áreas mais criticadas atualmente, pois além de garantir a segurança pública aos cidadãos, eles também são cidadãos, eles devem ter uma segurança deles, com isso, a Secretária de Defesa Social, deve agir de maneira coesa e com agilidade para os servidores públicos de segurança, garantindo um bem estar aos policiais não só durante a jornada de trabalho, mas também durante o período de folga. O agente de polícia estar em disposição para dar a garantia da segurança pública, mas a falta de recurso do governo do Estado de aprimoramento dos programas de segurança pública e de materiais de uso interno e externo deixa a desejar e desmotiva o servidor.

Está notório que o programa pacto pela vida precisa de uma reformulação e uma reestruturação, as metas, o próprio governo declarou que as metas não estavam sendo mais alcançadas. O estudo do pacto pela vida acontece, mas ficam apenas no papel, não progredem para a prática da teoria, existe apenas uma progressão horizontal.

A maior preocupação da sociedade é de quando será reestruturado o programa, pois a cada ano que passa, o índice em todas as regiões de Pernambuco vem aumentando na criminalidade e na quantidade de homicídios, a partir de 2014, houve um aumento estipulado em 9% no número de homicídios, uma média muito alta para um programa de combate a criminalidade e a redução de homicídios (EXAME, 2016).

O sindicato dos Policiais Civis (SINPOL), juntamente com a Associação dos Delegados de Polícia (Adeppe), precisa de um maior apoio do Ministério Público e do Governo do Estado para desempenhar uma ação eficaz para a melhoria do programa, não há como haver melhorias sem a participação dos principais agentes do governo.

A secretária de Defesa Social informa também que um dos problemas e a sociedade ver comumente é a falta de postos policiais, de delegacias, até existe delegacias implantadas em alguns municípios, mas para dar continuidade ao processo da delegacia, a falta de funcionários como escrivão, delegado, perito criminal é o ponto chave do problema. Praticamente não houve aumento de efetivos nesses respectivos cargos. Assim a grande maioria termina trabalhando em 2 (dois) ou 3 (três) municípios,

sobrecarregando seu horário de trabalho e ainda mais, trabalhando sob pressão na busca do cumprimento das metas elaboradas pelo governo (SEPLAG, 2007).

O programa pacto pela vida visa uma ênfase maior nas integrações dos outros órgãos, principalmente com a Secretária de Ressocialização (Seres), e a Secretária da Criança e da Juventude, pois o grande número de homicídios a vítima é jovem, precisamos de uma política de oportunidades para os jovens.

O programa Pacto Pela Vida por ser uma política pública de segurança, transversal e integrada, o Estado deve participar mais e de forma mais direta na articulação com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembleia Legislativa, os municípios e a União. Diante desse problema, essa pesquisa visa indagar as questões teóricas que envolvem a relação entre gestão pública, segurança e sociedade civil.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na presente seção encontra-se argumentadas as referencias teóricas que irão suportar as análises desta pesquisa. O objetivo desse tópico é fazer considerações a respeito da administração pública, das políticas públicas como ferramenta da gestão pública e a segurança como constante problemática do Estado.

### 2.1 Segurança pública: Abordagem histórica no brasil.

A segurança pública no Brasil é caracterizada pelo envolvimento de interdependência institucional e social. Pois, a política de segurança pública pode ser definida como a forma de instituir mecanismos e estratégias de controle social que é a integração da sociedade com a administração pública, com a finalidade de solucionar problemas e as deficiências sociais com mais eficiência (SANTOS, 2008), assim gerando o enfrentamento da violência e da criminalidade, racionalizando as ferramentas e punição (ADORNO, 1996; BENGOCHEA, et al., 2004; SAPORI, 2007).

Na primeira promulgação da Constituição Federal em 1988, o Brasil passou a obter mais discussões voltadas a política pública, assim como abriu discussões sobre a segurança pública. A partir desse ponto começou a participação política mais efetiva no segmento como as dos poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, que tenham como objetivo a formulação de políticas públicas para o combate a criminalidade e a favor da segurança da sociedade (BRASIL, 1988).

O termo segurança pública existe grupos atuantes de forma direta como os órgãos policiais, eles atuam de forma de prevenção que é a maneira mais correta de trabalho, em combate a impedir que o crime aconteça, quanto na repressão do cidadão que infringir qualquer lei imposta pela constituição que a partir do processo penal acarretará na liberdade ou não do cidadão pelo Estado (BRASIL, 1988).

“O Plano Nacional de Segurança Pública de 2000 é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança focada no estímulo à inovação tecnológica; alude ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública através da integração de políticas de segurança, sociais e ações comunitárias,

com a qual se pretende a definição de uma nova segurança pública e, sobretudo, uma novidade em democracia” (LOPES, 2009, p. 29).

No Plano Nacional de Segurança Pública compreendia 124 ações distribuídas em 15 compromissos que estavam voltadas para áreas diversas como o combate ao narcotráfico e ao crime organizado, o desarmamento, a capacitação profissional, e o reaparelhamento das polícias, a atualização da legislação sobre segurança pública, a redução da violência urbana e o aperfeiçoamento do sistema penitenciário. Uma novidade naquela época, pois além dessas iniciativas na área específica de segurança, eram propostas diversas ações na esfera das políticas sociais. O plano, no entanto, não fixava os recursos nem as metas para ações. Ao mesmo tempo, não estavam estabelecidos quais seriam os mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação do plano (SALLA, 2003).

Em todos os Estados da federação e no Distrito Federal, a segurança pública é dividida tradicionalmente por secretarias de Estado da segurança ou a Secretaria de Defesa Social, a partir dessa secretaria se destringem outras duas, o comando que são a polícia militar e as de chefias de governo que são a polícia civil.

Na Constituição Federal da República Brasileira de 1988, se diz a respeito da segurança a partir do artigo 144, definido como:

“A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 144).

Segundo Ballesteros (2014), no Brasil, há indícios que as políticas públicas de segurança são pouco estudada e elaborada, a partir dessa ideia, o autor define:

“As políticas de segurança pública no Brasil têm sido, em regra, pensadas e implementadas de forma fragmentada e pouco planejada” (BALLESTEROS, 2014).

Para Ballesteros (2014), as políticas de segurança pública no Brasil não se têm um estudo técnico para a elaboração da política de segurança, essa ideia implica dizer que,

toda política de segurança realizada no Brasil, sofrerá dificuldade para implantação, na forma de gerir e principalmente na forma de manusear, pois não há gestores capacitados para promover e realizar um programa com bastante eficácia combatendo diretamente os pontos críticos identificados no planejamento (BALLESTEROS, 2014).

## **2.2 Administração pública e gestão pública**

Administração Pública é o conjunto de órgãos e pessoas jurídicas, sob o aspecto objetivo, compreende as atividades do Estado destinadas à satisfação concreta e imediata dos interesses públicos, (OLIVEIRA, 1975). Desse modo podemos compreender que a administração pública se destina a satisfazer as necessidades do social na esfera do público, como bem argumenta Denhardt (2012):

É de extrema importância saber que essas teorias (da Administração pública e políticas sociais) não existem separadas da prática, elas se relacionam integralmente à maneira como atuamos enquanto membros ou usuários das organizações públicas. (DENHARDT 2012, p. 3).

Para Denhardt (2012), a administração pública deve ser fundamentalmente importante no desenvolvimento do país, nesse sentido o Estado tem como função dotar o país com um serviço público essencial para a sociedade, visando assim seu desenvolvimento.

Durante um grande período no Brasil, a administração pública estava concentrada em pequenos grupos, mas foi a partir do fim da ditadura e a criação da primeira constituição (1988), que o país passou a se descentralizar. Esse fato resultou em uma maior participação da sociedade na esfera pública. Após esta ação, o Estado passou a obter serviço com interesses e necessidades coletivas, (MEIRELLES, 2000).

Retomando a perspectiva histórica, o país passou por quatro modelos de gestão. A administração patrimonialista foi a primeira a ser adotada no Brasil, esse modelo surgiu através do sistema feudal, esse modelo o governante passaria a atender os interesses pessoais ao invés de atender os interesses sociais, beneficiando a vontade da minoria, uma das principais características desse modelo é o nepotismo (OSBORNE e GAEBLER, 1995).

Após o modelo patrimonialista, surgiu o modelo burocrático, em meio à revolução industrial e o surgimento do Estado Liberal, a administração burocrática estava baseada na impessoalidade, no profissionalismo e na racionalidade, (OSBORNE e GAEBLER, 1995). O modelo tinha como objetivo acabar com a corrupção, mas por outro lado ocasionou na lentidão dos processos e na redução da eficiência.

“Na medida em que a Constituição de 1988 representou um retrocesso burocrático, revelou-se irrealista. Num momento em que o país necessitava urgentemente reformar sua administração pública, de modo a torná-la mais eficiente e de melhor qualidade, aproximando-a do mercado privado de trabalho, realizou-se o inverso. O serviço público tornou-se mais ineficiente e mais caro, e o mercado de trabalho público separou-se completamente do mercado de trabalho privado. A separação foi causada pelo sistema privilegiado de aposentadorias do setor público; pela exigência de um regime jurídico único, que levou à eliminação dos funcionários celetistas; e pela afirmação constitucional de um sistema de estabilidade rígido, que tornou inviável a cobrança de trabalho dos servidores” (PEREIRA E SPINK, 2003. p. 252).

A Constituição de 1988, na medida em que procurou se insurgir contra as práticas clientelistas e patrimonialistas, também significou a manutenção de privilégios corporativistas e patrimonialistas injustificáveis. Por isso, Pereira afirma que ela significou um retrocesso burocrático.

Já em meios ao desenvolvimento do país, surgiu o modelo gerencial, para corrigir os erros do modelo burocrático e estruturação dos Estados, este modelo têm como base os valores de eficiência, eficácia e competitividade de mercado. Parte-se como um país empreendedor, com várias características, sistema estruturado de remuneração, sistema de carreiras, passando a se importar e concentrar nos resultados desejados. (DENHARDT, 2012 e BRASIL, 1995).

Desse modo compreendemos que a administração pública é composta por órgãos e entidades organizadas de forma hierárquicas com o principal objetivo de atender as demandas sociais. Uma dessas formas é a partir das políticas públicas (ARAÚJO, 2005). O próximo tópico tece considerações sobre as perspectiva teóricas da política pública.

## 2.3 Política pública

A ideia da política pública é de beneficiar todos da sociedade, tendo um papel importante no desenvolvimento em diversas áreas, por assim visar uma ação de gestão de Governo em questões políticas para a sociedade junto à participação social. Para Carvalho (2005), uma política pública é um conjunto de ações tomadas por um governo, a fim de garantir melhores condições de vida para a sociedade. Desse modo, geralmente em uma política pública, diversos atores participam na tomada de decisão e diversas ações estratégicas são concebidas antes da implementação dessas políticas públicas (RUA, 1997).

Diante da definição de política pública, exposto acima, um estudo relacionado ao desenvolvimento de uma política pública deve atender a vários aspectos sociais, a partir do momento que a mudança percorre de baixo para cima (OLIVEIRA, 2006), tornando uma visão sistêmica sobre o a política pública. De acordo com Frey (2000), para uma política ser bem elaborada, podemos dividir em três partes e todas elas são interligadas de alguma maneira, as fases são: i) formulação; ii) implementação; iii) avaliação.

Nessa perspectiva, para Azevedo (2003), vai contribuir dizendo que as fases da implementação de uma política pública, devem percorrer em ciclos, e mesmo assim podem não obter um resultado eficaz. Na formulação de uma política pública o autor define que é nesse processo onde há o planejamento por diagnóstico real da necessidade e o local de atuação a partir de uma melhor solução ou um estudo dos fatos. Durante o processo de formulação, também existe o processo da agenda, nesse processo define qual a demanda, quais atores responsáveis, qual impacto na sociedade.

Na implementação de uma política pública, Rua (1997), conclui que segundo os aspectos de Frey (2007), uma boa elaboração da política não garante um resultado eficaz durante a implementação, mas reduz as chances de acontecerem algo que seja imprevisto, citando pontos importante para uma boa implementação: i) cada fase deve fluir bem; ii) conhecimento dos objetivos esperados; iii) perfeita comunicação durante o programa.

Por sua vez para Azevedo (2003), a ultima etapa do ciclo seria a avaliação, essa etapa responderia a varias questões de resultados da política como: qual a efetividade da ação, qual a relevância da ação na sociedade e se os objetivos iniciais foram alcançados. A partir desses aspectos, todos os pontos falhos da política seriam detectados e surgiria o ciclo da política. O próximo tópico tece considerações sobre as perspectiva teóricas sobre a segurança e o estado.

Estado e sociedade devem exercer papéis cruciais na definição de estratégias políticas e de poder que legitimam o processo pelo qual se desenvolve a política pública. Neste embate, os interesses e as contradições, inerentes à dinâmica das relações entre governantes e governados, constituem o fundamento da construção política. (CARVALHO E SILVA, 2010).

“Trata-se, pois, a política pública, de uma estratégia de ação, pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva na qual tanto o Estado como a sociedade desempenham papéis ativos. Eis porque o estudo da política pública é também o estudo do Estado em ação (Meny e Toenig) nas suas permanentes relações de reciprocidade e antagonismo com a sociedade, a qual constitui o espaço privilegiado das classes sociais (Ianni)” (PEREIRA, 2009, p. 96).

Isto subtende que a organização da sociedade além de serem por meio de instituições que representam a sociedade civil possibilita um maior poder de pressão diante o Estado para que o atendimento de demandas construídas pela própria sociedade sejam acatadas e aceite nos grupos de governo nos três âmbitos democrático, Federal, Estadual e Municipal.

## **2.4 A segurança e o estado**

A segurança pública compete fundamentalmente ao Estado, pois ele tem obrigação de garantir a segurança a todos, garantindo uma qualidade de vida as pessoas. Atualmente é notória a deficiência que o Estado sofre em garantir esse direito aos cidadãos, fazendo com que essa atividade não seja mais monopolizada, pois pelas falhas do estado em atender essa demanda por segurança vão surgindo cada vez mais instituições privadas que vendem segurança.

Algumas definições de segurança abordam vários aspectos e temas, e muitas delas, citam como base, um conjunto de fatores, normas e ações que venham a combater a situação de perigo ou risco (violência, criminalidade). A violência tem sido considerada como um sério problema social, com repercussões para a saúde individual e coletiva (MARIN, 2002). Portanto, o fator de violência sempre esteve presente na sociedade, desde o processo das primeiras civilizações existentes, ainda segundo ele, nunca será possível acabar totalmente com os conflitos de violência, é algo como ser do próprio ser humano.

A violência é um aspecto que atinge todas as partes e todos os municípios, e a partir da sociedade moderna, os índices de violência e as espécies passaram a desenvolver-se cada vez mais. A elaboração de estratégias com efeitos significantes para garantir a segurança pública a todos os cidadãos, atingindo todas as classes, da menos a mais favorecida, trazendo assim uma sensação de segurança (CARVALHO E SILVA, 2010).

As políticas públicas de segurança, justiça e penitenciárias não têm contido o crescimento dos crimes, das graves violações dos direitos humanos e da violência em geral. A despeito das pressões sociais e das mudanças estimuladas por investimentos promovidos pelos governos estadual e federal, em recursos materiais e humanos e na renovação das diretrizes institucionais que orientam as agências responsáveis pelo controle da ordem pública, os resultados ainda parecem tímidos e pouco visíveis. (ADORNO, 2002, p. 8).

Na ideia de Bretas (1997), um dos principais fatores para falta de segurança e trazendo a violência, é o controle social, na qual o Estado tem o papel importante e deveria preencher o espaço com uma política social juntamente com uma política de educação. Portanto o Estado deve garantir a segurança pública a todos da sociedade, buscando sempre o aperfeiçoamento da funcionalidade da segurança pública.

O sistema de segurança pública brasileiro em vigor, desenvolvido a partir da Constituição Federal de 1988, estabeleceu um compromisso legal com a segurança individual e coletiva. Entretanto, no Brasil, em regra, as políticas de segurança pública têm servido apenas de paliativo a situações emergenciais, sendo deslocadas da

realidade social, desprovidas de perenidade, consistência e articulação horizontal e setorial. (CARVALHO E SILVA, 2010).

Planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, gasto eficiente dos recursos financeiros não têm sido procedimentos usuais nas ações de combate à criminalidade, seja no executivo federal, seja nos executivos estaduais. Desse ponto de vista, a história das políticas de segurança pública na sociedade brasileira nas duas últimas décadas se resume a uma série de intervenções governamentais espasmódicas, meramente reativas, voltadas para a solução imediata de crises que assolam a ordem pública [...] (SAPORI, 2007, p. 109).

Os mecanismos essenciais não estão sendo utilizados pelos diversos âmbitos governamentais para possibilitar o pensar, o implementar, o implantar, o efetivar, com eficácia e eficiência, da política de segurança pública como instrumento do Estado e da sociedade. A criação e a promulgação de leis, decretos, portarias e resoluções, visam instrumentalizar o enfrentamento da criminalidade e da violência, sem que haja articulação das ações de segurança pública no contexto social, acaba apresentando resultados inconsistentes e insatisfatórios para a sociedade civil.

## **2.5 A política pública de segurança: O pacto pela vida**

O Pacto Pela Vida é uma política pública de segurança criada durante o primeiro período de gestão no governo de Eduardo Campos em 2007. Inicialmente suas metas eram desenvolver um plano de segurança pública em um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, buscando combater e reduzir a criminalidade em todo o Estado de Pernambuco (SEPLAG, 2016).

O programa desenvolveu cerca de 138 projetos para combater a insegurança da sociedade com a participação de vários órgãos Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Governo Federal, Prefeituras Municipais e a sociedade, como uma das suas principais intenções do pacto pela vida seria reduzir 12% ao ano da taxa de mortalidade e violência em Pernambuco (PACTO PELA VIDA, 2007).

Os seus objetivos iniciais seguiram ideias de um plano de governo para segurança integrado com várias esferas de governo e da própria segurança, como:

I - Articulação entre Segurança Pública e Direitos Humanos, em que a garantia do direito à vida é a principal meta;

II - Compatibilização da qualificação da dimensão repressiva e coercitiva - baseada na incorporação de inteligência, informação, tecnologia e gestão - com uma forte ênfase sobre os aspectos de prevenção social e específica da criminalidade violenta;

III - Transversalidade e integralidade das ações de segurança pública, a serem executadas por todas as secretarias de Estado de forma não fragmentada;

IV- Incorporação, em todos os níveis de execução das Políticas Públicas de Segurança, de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação;

V - Participação e controle social desde a formulação das estratégias até a execução das ações de segurança pública.

Os 138 projetos tiveram uma única linha de raciocínio, a) Repressão qualificada; b) Aperfeiçoamento institucional; c) Informação e gestão do conhecimento; d) Formação e capacitação; e) Prevenção social do crime e da violência e f) Gestão democrática (PERNAMBUCO, 2010).

Imagem 01: Quantitativo de homicídios em todo o Estado de Pernambuco.

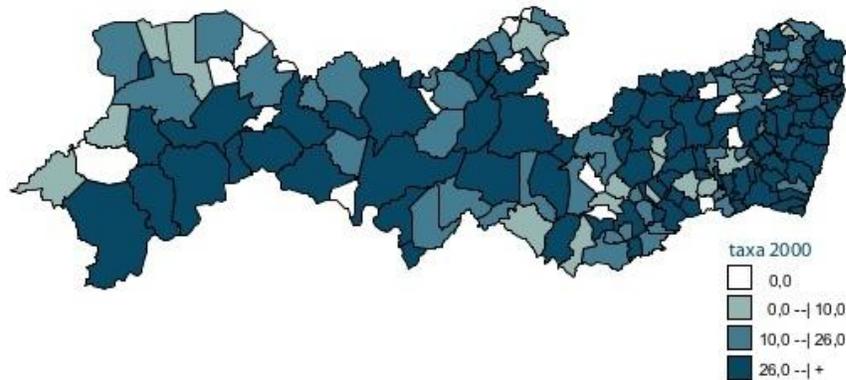


FONTE: Secretária de Defesa Social de Pernambuco, Mapa de Homicídios, Adaptado, 2016.

A imagem 01, nos mostra a quantidade de homicídios registrados em Pernambuco nos anos de 2005 a 2015, e deixa bem claro que em 2007, onde iniciou o pacto pela vida, houve uma redução significativa da taxa de homicídios no Estado, mas a partir de 2013 houve um crescimento, desde então o governo passou a buscar alternativas para dar continuidade à redução da criminalidade.

Várias ações cabíveis foram desenvolvidas, mas a partir do índice de criminalidade, o governo passou a monitorar todo o Estado de Pernambuco a fim de identificar deficiência e necessidade de cada região e município.

Imagem 02: Mapa da Criminalidade Violenta Letal e Intencional em Pernambuco – Por região.



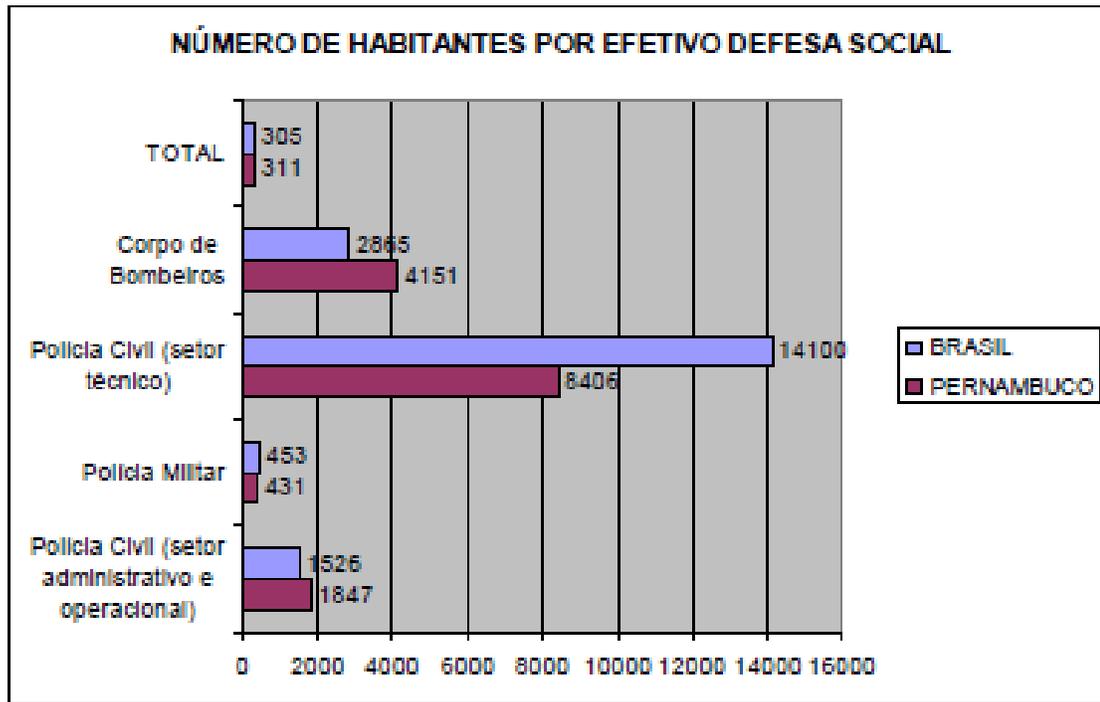
FONTE: Secretária de Defesa Social de Pernambuco.

Assim a Secretária de Defesa Social mapeou todo o Estado de Pernambuco e separou por zonas, dando ênfase ao aprimoramento de redução a criminalidade como mostra a imagem 02. Como o principal objetivo do pacto pela vida na segurança é reduzir os índices criminais, as áreas mais escuras foram classificadas como regiões mais perigosas, com uma taxa de CVLI mais elevada que a média do país.

Com isso, o Estado buscou soluções emergenciais nessas áreas de risco, para reduzir bruscamente os altos índices, para termos uma ideia, a região metropolitana do Recife em 2011 tinha uma taxa de 48,23 homicídios para um grupo de 100 mil habitantes (SDS e SEPLAG), sendo a 9ª (nona) região mais violenta do Brasil, onde a média do país é de 20,4 homicídios para cada 100 mil habitantes.

O Estado passou a efetivar mais policiais na rua, para garantir a segurança da sociedade. Segundo a Secretária de Defesa Social, estipula-se um quantitativo de 20,3 mil agentes da polícia no ano de 2015 como mostra a imagem 03 e 04.

Imagem 03: Número de Habitantes Por Efetivo Defesa Social.

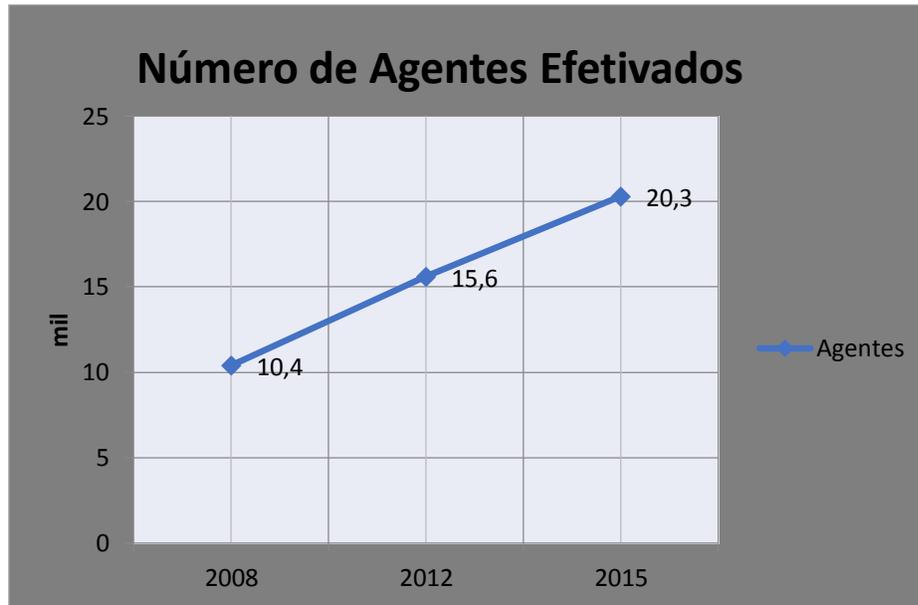


Fonte: SENASP/MJ.

Pernambuco mostrou, em 2003, uma melhor proporção de habitantes por policiais técnicos com relação ao Brasil. Se havia um policial técnico para 14.100 brasileiros, aqui no Estado se registrava um técnico para cada 8.406 pernambucanos. Em segundo lugar, a Polícia Militar também esteve mais bem representada no Estado: 453 habitantes por cada policial militar no Brasil, contra 431 habitantes em Pernambuco.

No Brasil, os quantitativos de efetivo de segurança pública ainda se tornam baixo devido ao grande índice de criminalidade decorrente no país. No Estado de Pernambuco, esses dados quantitativos informados pelo SENASP/MJ, deixa claro que o Estado está com uma quantidade de efetivo consideravelmente bom em vista de todo o Brasil, mas é notório que esses números não estejam sendo suficientes para garantir a segurança da sociedade.

Imagem 04: Números de Agentes Efetivos.



FONTE: Exame, dados do Governo Estadual, Adaptado, 2016.

Segundo a imagem 04, deixa claro que o Estado passou a se preocupar mais com a segurança pública, a partir da criação do programa, passou a efetivar mais agentes de segurança, no ano de 2008, 10,4 mil agentes efetivados, já no ano de 2015, 20,3 mil policiais na rua, seria suficiente para o combate e a redução da criminalidade, seriam 1 policial para cada 433 habitantes, sendo um número maior do que a média nacional que é de 1 policial para 472 habitantes (EXAME, 2016).

Tendo em vista o investimento do governo de Pernambuco no programa, em um determinado período os resultados foram satisfatórios, principalmente na região metropolitana, mas a partir de 2014 os resultados começaram a declinar, as falhas de execução do programa vieram a surgir, e a partir desses pontos falhos, passou a existir a necessidade de se pensar em uma reformulação do programa para o Estado novamente atingir seus objetivos na segurança pública.

### 3. METODOLOGIA

Neste capítulo, discutiremos os procedimentos metodológicos que guiaram este estudo. Inicialmente apresentaremos o detalhamento do método, a estratégia para a formação do *corpus* de pesquisa, e por fim, o planejamento de como será operacionalizado as análises.

#### 3.1 METODOLOGIA: TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa assume um caráter qualitativo, pois visa entender as questões subjetivas argumentadas pelos agentes sociais impactados pela política pública de segurança, O Pacto pela Vida. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa permite a análise de casos reais em suas peculiaridades temporais e locais, pois parte das atividades e expressões de pessoas em seu contexto local. Assim, a pesquisa qualitativa refere-se à produção e análise de expressões, opiniões ou comportamentos, por meio de observações e transcrições de entrevistas ou outros tipos de materiais (FLICK, 2009).

Para tanto, essa pesquisa apresenta natureza exploratória, na qual, baseando-se em Calado (2012, p. 42), vamos entender que as pesquisas exploratórias visam à busca familiarizações com o problema neste tipo de pesquisa definem-se objetivos e buscam-se informações sobre determinado assunto, com o intuito de familiarizar-se ou aprofundar-se com o tema, sendo possível assim uma possível criação de novas percepções sobre o mesmo.

Na busca por entender “O Pacto pela Vida”, por meio da percepção dos agentes sociais afetados por essa política pública de segurança, que essa pesquisa segue enquanto estudo de caso, na perspectiva de Stake (1994). O estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos, explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações complexas que não permitam o uso de levantamentos e experimentos (STAKE, 1994). Desse modo, o estudo de caso se faz pertinente para entender as percepções e opiniões dos sujeitos sobre a política pública de segurança estudada.

O método a ser utilizado, para interpretar as opiniões e argumentos expostos pelos agentes sociais, as quais serão extraídas por meio de entrevistas, se utilizará das premissas da análise de conteúdo de Bardin (2009). O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas (BARDIN, 2009; MOZZATO E GRZYBOVSKI, 2011).

Por fim, por meio dos métodos citados acima, os quais demarcam metodologicamente esta pesquisa, e visando uma melhor compreensão, que o quadro 01 abaixo, trás tais demarcações de forma esquematizadas.

Quadro 01: Demarcação Metodológica de Pesquisa.

<b>Quanto à forma de Abordagem</b>	<b>Quanto ao Paradigma de pesquisa</b>	<b>Quanto ao Método de fontes e locais de coleta do estudo</b>	<b>Quanto à forma de análise e tratamento dos dados</b>
-Qualitativa	- Exploratória	-Estudo de Caso – Pacto pela vida	- Análise de Conteúdo de Bardin

Fonte: Autoral, 2016.

Diante das premissas metodológicas expostas nesta seção, que o próximo tópico visa tecer considerações sobre a estratégia para formação do *corpus* de pesquisa a ser estudado, e com isso, contemplarem as táticas usadas para selecionar os sujeitos de pesquisa.

### **3.2 CORPUS DE PESQUISA**

Por *Corpus* de pesquisa, Bauer e Aarts (2008) abordam como um princípio alternativo de coleta de conteúdo, pois este se trata de uma escolha racional sistematizada análoga funcionalmente à amostragem representativa e distinta no que se refere aos aspectos estruturais. Tem referência eminentemente qualitativa e a finalidade de expor atributos desconhecidos direcionados a perceber as percepções, sentidos e opiniões presentes em uma determinada prática social (BAUER E AARTS, 2008).

Desse modo para presente pesquisa, como forma de entender as percepções sobre a política pública de segurança O Pacto Pela Vida visou entrevistar, por meio da ferramenta metodológica de entrevista, três agentes sociais que são impactados pelas ações dessa política pública na esfera social, sendo eles:

Quadro 02: Demarcação do *Corpus* de Pesquisa.

<b>Cod</b>	<b>Agente Social</b>	<b>Intuído de Pesquisa</b>	<b>Posição do Sujeito</b>
#E1	Cidadão Comum residente em Pernambuco	Entender quem é afetado na esfera do social	Cidadão de Caruaru
#E2	Agente de Polícia no setor de Segurança Pública	Entender quem está na esfera da operacionalização	Policial Militar de Caruaru
#E3	Administrador Público no setor de Segurança	Entender quem está na esfera da formulação	Servidor Público

Fonte: Autoral, 2016.

Os agentes a serem entrevistados foram previamente convidados, confirmados e agendados por telefone para responder o protocolo e participarem da pesquisa. Para seleção do público que foi entrevistado, a fim de compor o *Corpus* de pesquisa, os critérios de seleção foram baseados em duas premissas para o recorte de pesquisa:

1. Conhecer a Política Pública de segurança o Pacto pela Vida
2. Ter acompanhado por certo período sua implantação

\* (Esta pesquisa considera o recorte temporal para o item acima os últimos 5 anos).

Essas duas premissas fizeram parte de perguntas filtros que contemplam a estrutura do questionário exposto no apêndice (A). Os questionários foram aplicados de forma presencial, e as conduções das entrevistas, ocorreram por meio do suporte de um roteiro semi estruturados, elaborado para investigar as percepções dos agentes sociais sobre o Pacto pela Vida. As entrevistas foram gravadas mediante termo de livre esclarecimento, exposto no Anexo (B).

A estratégia metodológica optou por perguntas de caráter opinativas, pois essas tem o intuito de deixar os entrevistados mais livres para expressar suas opiniões, crenças e sentimentos em relação ao artefato estudado (CRESWELL, 2010). Para realização das entrevistas, também foram considerado os critérios de acessibilidade e disponibilidade dos mesmos (CRESWELL, 2010; FLICK, 2009).

### **3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS**

Após a coleta das entrevistas o material seguiu para o momento da pesquisa destinado ao tratamento e análise dos dados, esse foi dividido em seis partes de acordo com as indicações de Bardin (2009). Nesta perspectiva, para as análises das entrevistas, o primeiro momento refere-se à transcrição das gravações (1). Após esse momento de transcrição, as entrevistas serão lidas e conferidas com o áudio de forma validar e evitar eventuais erros de digitação (2). Depois dessa fase, o material será lido na busca pela familiarização e aprofundamento do relato dos entrevistados (3). Só após tais momentos, o material será fragmentado e reorganizado em função das similaridades das respostas, como indicado por Bardin (2009). Após esse movimento, os recortes são organizados por subcategorias (5), e por fim, para a composição final do quadro teórico-metodológico, as categorias emergentes (6) serão organizadas de forma a apresentar um quadro geral sobre os significados que emergem do discurso dos usuários sobre o Pacto pela Vida.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Na análise das entrevistas realizadas foram criadas três grandes categorias analíticas sobre o entendimento das dimensões positivas e negativas do Pacto pela Vida em Pernambuco. As categorias remetem a cidade como um lugar inseguro, o pacto como um promotor da integração dos núcleos de segurança e a necessidade da reformulação dessa política pública de segurança.

Nos tópicos seguintes, serão analisadas as categorias analíticas que dimensionam esses eixos teóricos. Os trechos destacados para análise neste trabalho foram agrupados e codificados, de acordo com a posição do sujeito, sendo elas: #E1Cidadão, #E2Policial e #E3Político. Esses trechos foram extratos retirados das análises de todas as entrevistas, para fins elucidativos os trechos mais exemplificativos serão vistos e discutidos a luz da teoria ao longo da seção seguinte.

### **4.1 CATEGORIA ANALÍTICA: O PACTO PELA VIDA NÃO FORNECE MAIS UMA CIDADE SEGURA.**

A partir das entrevistas realizadas, ao tratarmos de temas sobre a insegurança na rua, durante o período de vigência do Pacto pela Vida, os entrevistados seguiram duas linhas de respostas. A primeira compreende a cidade como insegura pela sensação de não visualizar efetivos de segurança e a outra linha argumenta que essa insegurança vê do aumento da criminalidade. Estas duas categorias são mais descritas e discutidas abaixo.

#### **4.1.1 NÃO VEJO POLICIAMENTO NA RUA.**

“... Porque eu vejo a falta de pessoal mesmo, de movimentação de viaturas no meu bairro, muitos assaltos no meu bairro e próximo a minha casa”. #E1: Cidadão

Segundo o relato do Cidadão, a falta de segurança está associado a um raciocínio que a segurança pública é um quantitativo maior de agentes e a falta de suas funções preestabelecidas pela organização.

### 4.1.2 VEJO MUITO ASSALTO

“Infelizmente é o que vemos hoje na nossa região, é um aumento gigantesco da criminalidade, e não passam uma segurança, tanto pra mim que sou policial militar como acredito que os demais integrantes da área de segurança pública e cidadão civil, não pode dizer que sai de casa com uma sensação completa de segurança por conta desse aumento da criminalidade.” #E2: Policial.

A partir dos relatos vistos nas entrevistas, e como podemos observar no trecho exemplificativo acima do policial, observamos que há uma ideia de segurança pública como uma estrutura de planejamento de monitoramento. É uma “sensação de segurança”, essa sensação remete as coisas que estão visíveis no cotidiano da cidade, como a visualização de crimes e policiamento na rua.

Diante disso, alguns estudiosos vão colocar que a segurança não é apenas o efetivo de servidores de segurança juntamente com uma estrutura física, e sim a sensação de se estar seguro. Desse modo, Jacobs (2000) defende esse estudo ao dizer que a sociedade e o Estado tende a se desenvolver a partir da segurança que ela mesma proporciona a sociedade civil. Para o autor “O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos” (JACOBS, 2000, p. 30).

Diante disso podemos observar que o Pacto pela Vida já não oferece mais a sensação de segurança para cidade, Muito disso vem da falta de melhorias dos materiais de uso rotineiros no trabalho, a exemplo dos computadores, veículos e armamentos, deixam a sociedade com a sensação da falta de segurança (BALLESTEROS, 2014).

A falta de reformulação da carreira de um agente é outro fator de extrema importância no programa que não foi revisado, pois o não incentivo de jornada de trabalho, a forma de trabalho e a desvalorização monetária na profissão acabam impactando diretamente e justificando o índice baixo de agentes efetivado e conseqüentemente e um quantitativo baixo de efetivos na rua (CARVALHO E SILVA, 2010). Esses são alguns fatores que veem a desestimular os servidores públicos e atrapalhar os serviços da segurança pública na região (SEPLAG, 2007).

A partir da imagem 03 descrita no corpo do trabalho, fica claro que o Estado passou a visar mais na segurança pública, 20,3 mil policiais na rua no ano de 2015, esse quantitativo de servidor de segurança não está sendo suficiente. Pois os índices de assaltos ainda sobem bastante, atualmente estão em torno de 1 policial para cada 433 habitantes, as análises históricas do programa, identifica que falta policiamento na rua, são muitos cidadãos para pouco efetivo na segurança pública (CASA CIVIL, 2007).

E esses números tendem a serem menores, pois a partir da pesquisa realizada pelo Exame (2016), entre os 20,3 mil agentes de segurança, estão inclusos também os agentes de bombeiro civil fazendo o papel do militar.

Por esta razão, pelo número de efetivos da segurança pública ser abaixo do quantitativo necessário, a segurança do próprio policial passa a ser comprometida como foi relatado na entrevista.

## **4.2 CATEGORIA ANALÍTICA: O PACTO PELA VIDA TROUXE A INTEGRAÇÃO DAS ESFERA NA SEGURANÇA PÚBLICA.**

Em outro ponto, agora positivo sobre o Pacto pela Vida, destacamos uma linha em comum discutida nas entrevistas, o de Integração das esferas na segurança pública. Esse argumento é exemplificado nos trechos abaixo:

“Os pontos positivos do Pacto Pela Vida, acredito que seria a integração e interação entre a polícia militar e a polícia civil que ajuda a elucidar alguns crimes...” #E2: Policial.

“Um dos pontos que a gente pode ressaltar de modo positivo, é a integração da atividade policial, além dos atores da própria polícia, da corporação, mais também envolvendo atores como o Ministério Público, o poder Judiciário, a Assembleia Legislativa e os municípios de Pernambuco.” #E3: Político.

O Pacto Pela Vida ao ser formulado teve como propósito ser uma política de segurança implantada para a sociedade, transversal e integrada com participação da sociedade e do judiciário em combate e controle da criminalidade no estado de Pernambuco, (SEPLAG, 2007). Essa participação de todos os atores de segurança pública de forma que trabalhem relacionados com o mesmo interesse, ajuda ainda mais ao combate na prevenção e na própria diminuição da criminalidade.

A proposta de integração parte do princípio de que cada instituição cumpram seus deveres de forma sistêmica, assim, com as políticas de segurança integradas a gestão pública poderia contribuir cada vez mais com o combate da criminalização. Esse tipo de formulação atende ao princípios da gestão gerencialista. A gestão gerencialista busca ser uma gestão focada em metas na redução da criminalidade. (BRESSER-PEREIRA, 1999)

A gestão gerencialismo é uma técnica de instrumentos operações das políticas públicas previamente desenvolvidas e aceitas pela organização (COELHO, 2000). É, portanto, um meio de implementação de uma empresa privada. Dentro desse conceito, a administração gerencial caracteriza-se pela existência de formas modernas de gestão pública, modificando os critérios de aplicação do controle dos serviços públicos, as relações estabelecidas entre o Poder Público e seus servidores. Alterando, também, a própria atuação da administração, que passa a enfatizar a eficiência, a qualidade e a efetiva concretização do regime democrático, mediante a participação mais intensa dos cidadãos, (COELHO, 2000).

Com a reforma gerencial se utilizou os contratos de gestão. Tais contratos definem os indicadores de desempenho a serem alcançados pelas instituições. Também se abraçou como estratégia de gerenciamento a ideia da gestão pela qualidade total que utiliza vários critérios empresariais adequados ao gerenciamento público por adotar vários quesitos de excelência além das simples taxas de juros. (BRESSER-PEREIRA, 1999(b), p. 8).

O Pacto pela Vida foi acima de tudo uma proposta de programa pautado na prática da gestão gerencialista. Pois, no projeto inicial do programa, desenvolveram cerca de 138 projetos para combater a insegurança da sociedade, com a participação de vários órgãos Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Governo

Federal, Prefeituras Municipais e a sociedade, com o intuito de reduzir 12% ao ano da taxa de mortalidade e violência em Pernambuco (JConline, 2014). Todo o projeto do Pacto pela vida foi pautado em planos com metas e baseados em indicadores de desempenho. Isso só foi possível devido à integração das esferas de segurança para maior desempenho.

Pois, os 138 projetos tiveram uma linha de raciocínio, a) Repressão qualificada; b) Aperfeiçoamento institucional; c) Informação e gestão do conhecimento; d) Formação e capacitação; e) Prevenção social do crime e da violência e f) Gestão democrática (PERNAMBUCO, 2010). Esses projetos no início do programa, foi bastante eficiente no combate da criminalidade, tornaram pontos chaves e de extrema significância no papel e no desenvolvimento das metas. O único problema foi que não mantiveram estudos preventivos de formulação, portanto ao não serem mantido os estudos dos projetos, começou a atingir diretamente no bom desempenho do pacto pela vida entre os anos de 2007 a 2013 (PERNAMBUCO, 2010).

### **4.3 CATEGORIA ANALÍTICA: REESTRUTURAÇÃO DO PACTO PELA VIDA.**

A terceira categoria analítica fala da necessidade de se replanejar o programa, as falas dos entrevistados aportam que apesar do Pacto pela Vida ter dito muitos êxitos, ele não atende mais o cenário atual. As entrevistas convergem para o argumento que o programa precisa se reerguer e trazer de volta a segurança pública para o município. Esses argumentos podem ser vistos nos trechos exemplificativos abaixo, quando os entrevistados dizem:

“Acredito que é reestruturação do modo, do projeto pacto pela vida com a aquisição de novas viaturas, abertura de concurso público para aumentar o efetivo da polícia e uma estrutura nas delegacias e pra propriamente a polícia”  
#E1: Cidadão.

“Aumentar o efetivo policial militar e civil, valorizar os policiais que já estão na ativa, melhorar os armamentos, coletes, as viaturas, aproximar mais a sociedade da polícia, acredito que é de grande importância por parte da Secretaria de Defesa Social, programas que interajam com as demais secretarias, de educação, esporte, de cultura, lazer.” #E2: Policial.

“o grande ápice de importância no Pacto Pela Vida, foi à falta de prevenção, quando a gente pensa em segurança pública, a gente tem que pensar principalmente em prevenção, não apenas no pós, é o antes também! E prevenção é esporte, é lazer, é qualidade de vida, é cultura, é educação, é colocar a juventude no aspecto de ter uma ocupação, porque um jovem no esporte é menos um jovem na criminalidade.” #E3: Político.

Diante disso, entendemos que este é o ponto onde o programa visivelmente deixa de atender a sociedade. Quando os entrevistados falam de uma reestruturação, é a partir da base da estrutura operacional até ao ponto mais alto do programa, o planejamento. Desse modo não é uma questão de estudo de mudança em alguns setores propriamente dito, mas sim, de toda a estrutura da política pública de segurança o Pacto pela Vida.

Essa queda na qualidade do programa é vista através dos dados que mostram seu desempenho. Pois, o programa desenvolveu cerca de 138 projetos em combate a insegurança da sociedade, como uma das suas principais metas do pacto pela vida seria a redução de 12% ao ano da taxa de mortalidade e violência em Pernambuco, (JCONLINE, 2014).

A imagem 01 no corpo do trabalho mostra a quantidade de homicídios registrados em Pernambuco entre os anos de 2005 a 2015, é notório que no início de 2007 que foi implantado o programa pacto pela vida, houve uma redução significativa da taxa de homicídios no Estado, mas a partir do ano de 2013 houve um crescimento.

O estatuto do programa descreve os seus valores como itens de zelar e manter sempre de maneira estável. Das suas obrigações está a articulação entre Segurança Pública e Direitos Humanos, em que a garantia do direito à vida é a principal meta; A

compatibilização da qualificação da dimensão repressiva e coercitiva - baseada na incorporação de inteligência, informação, tecnologia e gestão - com uma forte ênfase sobre os aspectos de prevenção social e específica da criminalidade violenta; A transversalidade e integralidade das ações de segurança pública, a serem executadas por todas as secretarias de Estado de forma nãofragmentada; A incorporação, em todos os níveis de execução das Políticas Públicas de Segurança, de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação; A participação e controle social desde a formulação das estratégias até a execução das ações de segurança pública (CASA CIVIL, 2007).

A partir desses pontos, o Estado passou a produzir centenas de projeto contemplando, para cada projeto, através de procedimento padronizado, o estabelecimento de objetivos, metas, ações, gestores, parceiros e prazos para início da implementação e vigência das ações. (PACTO PELA VIDA, 2007).

Os dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (INFOPOL/SDS) apontam para uma redução de 39% da taxa de crimes violentos intencionais em Pernambuco entre janeiro de 2007 e dezembro de 2013 (SDS, 2014). Se tomarmos os dados do INFOPOL/SDS como referencia, as taxas de Pernambuco estão em torno de 34 e 28/100.000 habitantes, o que constitui redução significativa e é um indicador robusto de que, no período que se inicia em 2007, ano em que se inicia o Pacto pela Vida, é também o começo de uma redução contínua e consistente da mortalidade violenta em Pernambuco.

De acordo com a secretaria de Defesa Social, houve um aumento de 13% em relação ao número de 2014. O resultado de 2015 foi prejudicado pela recusa do cumprimento das metas do Pacto pela Vida em razão da deflagração de movimentos sindicais de policiais civis. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2016).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções estatais, em relação à segurança pública no Brasil, tornaram-se mais sistemáticas nesta primeira década do século 21, quando se configurou a gestão de planos e programas pautados em novas formas de abordar a questão. O Plano Nacional de Segurança Pública, de 2000, apesar de ter sido um avanço teórico considerável no trato com a questão da segurança pública, enfrentou limites práticos consideráveis no âmbito da gestão, fracassando nos seus objetivos principais.

O Pacto Pela Vida é uma política pública de segurança criada durante o governo de Eduardo Campos em 2007. Inicialmente suas metas eram desenvolver um plano de segurança pública em um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, buscando o combate e a redução da criminalidade em todo o Estado de Pernambuco (SEPLAG, 2016).

Mas no decorrer dos anos, houve um desenvolvimento da criminalidade e o programa não seguiu acompanhar o desenvolvimento da marginalização e criminalidade, com isso, o programa passou a ser e ter muitas falhas de planejamento, desenvolvimento e resultados. (ESTADO DE PERNAMBUCO, 2013).

Entretanto, o maior problema e que gera mais impacto na sociedade é a falta de monitoramento do desempenho, falta de incentivo monetário e falta de equipamentos que venha a favorecer o servidor público.

A maior preocupação da sociedade é de quando será reestruturado o programa, pois a cada ano que passa, o índice em todas as regiões de Pernambuco vem aumentando na criminalidade e na quantidade de homicídios, a partir de 2014, houve um aumento estipulado em 9% no número de homicídios, uma média muito alta para um programa de combate a criminalidade e a redução de homicídios.

A partir do desenvolvimento do trabalho, responderemos e esclarecemos a seguinte pergunta, **quais as distorções percebidas na política públicas de segurança, o Pacto pela Vida, pelos agentes sociais que são afetados por sua implantação?**

Houve 03 linhas de distorções, a primeira atraiu uma linha positiva do programa, que é o fato da integração dos órgãos Federais, Estaduais e Municipais como Ministério

Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Governo Federal, Prefeituras Municipais e a sociedade civil.

Já em outra perspectiva, encontramos dois pontos negativos que relacionam com a insegurança da cidade, a primeira linha é a visualização de grandes números de assaltos e a segunda linha de raciocínio é a não visualização de agentes efetivos de segurança pública, logo, para uma maior compreensão dos achados de pesquisa, o quadro abaixo 03 mostra as categorias analíticas sistematizadas.

Quadro 03: Achados de Pesquisa.

<b>Distorções Encontradas</b>	
<b>Positivas</b>	-Integração das esferas de segurança pública.
<b>Negativas</b>	-Cidade Insegura -Reestruturação do programa Pacto Pela Vida de segurança.

Fonte: Autoral.

Com base nos estudos realizados juntamente com a entrevista de campo envolvendo o agente da sociedade civil, o agente de segurança pública e o gestor público, evidenciamos que o programa de segurança pública pacto pela vida, durante o seu período de implantação, se tornou bastante eficaz. Atingindo suas metas preestabelecidas pelos grupos de segurança, reduzindo assim 12% anual da criminalidade em Pernambuco, isto foi um grande passo para o Estado e a sociedade durante o Governo de Eduardo Campos.

Entretanto nossa pesquisa também identificou que atualmente, o programa foi deixado de lado, e compreendemos que uma política pública não pode ser estagnada. Pois caso aconteça essa estagnação, os itens que ela combate e/ou previne vão crescer. Ocasionalmente que futuramente essa política pública venha a se tornar ineficiente. É essa situação o que o programa o Pacto pela Vida sofre nos dias atuais, se tornou ineficaz, pois a própria organizações criminosas vêm a se desenvolver, vem a se especializar e o programa o Pacto pela Vida não. Outro ponto que devemos destacar também é a qualidade de trabalho do agente de segurança e de quem está envolvido na gestão. Pois, o incentivo que logo no começo do programa acontecia, por meio de

bonificação para o cumprimento das metas, hoje já não se é mais utilizado pelo governo do Estado.

A integração que também era um ponto forte do programa aconteceu de não haver mais. Dificultando o trabalho dos dois lados, tanto o da polícia militar como o da civil, outro ponto que podemos destacar, é a ferramenta de trabalho e manuseio, hoje vemos uma criminalidade altamente preparada com o poder de fogo e acessórios de combate melhores que o da própria polícia.

Então o governo do Estado deve sim qualificar os atuais servidores de segurança, efetivar por meio de concurso público. Mais agentes de segurança e ainda melhorar as ferramentas de uso e manuseio como a instalação de novas delegacias, novas viaturas, novos equipamentos.

O Poder Executivo e o Judiciário não atuam de forma conjunta no sentido de garantir a prevenção do delito, o julgamento célere para evitar, inclusive, a impunidade e a injustiça. Por outro lado, a reinserção do homem preso na sociedade tem sido um dos maiores desafios a serem enfrentados pelo Estado e pela sociedade.

Portanto, uma das medidas a se tomar pelo governo do Estado é promover alguma mudança estratégica de gestão. Para envolver todos os outros departamentos como a secretaria de educação, secretaria de esporte, a secretaria de saúde e a secretaria de segurança.

Também é preciso reconhecer o trabalho do profissional de Segurança Pública, através de programas de valorização profissional que incentivem e fortaleçam as carreiras, é uma das estratégias para dar eficiência às organizações policiais e prisionais, além de aperfeiçoar continuamente os serviços prestados à população.

É preciso também o aperfeiçoamento das instituições do Sistema de Defesa Social passa necessariamente por mudanças que visem à melhoria de sua estrutura, sendo estas relacionadas tanto à racionalização dos processos internos quanto ao desenvolvimento de uma legislação adequada.

Pois não se é possível desenvolver soluções apenas pra segurança se diversos fatores estão diretamente ligados à segurança. É tirar o jovem da rua e propor mais educação tornando ele competitivo no mercado de trabalho, incentivar o próprio mercado a contratação de funcionários, promover oportunidade de emprego aos jovens,

promover o jovem a prática esportiva, tirando ele da criminalidade e propondo atividades em grupos.

A eficácia de uma Política Pública passa, necessariamente, pelos seus instrumentos de diagnóstico, planejamento, gestão e avaliação das ações. Trata-se, pois, de estabelecer mecanismos que possibilitem a identificação dos principais problemas da área de Segurança Pública, e a posterior orientação das ações e estratégias nesta área, bem como o monitoramento das mesmas. Nesse sentido, a consolidação e integração das informações, bem como a divulgação e a democratização dos dados são elementos básicos de qualquer política pública.

A partir das entrevistas realizadas, podemos concluir que os estudos e os programas sobre a segurança pública e principalmente sobre o programa Pacto Pela Vida não podem estagnar, também não pode dar continuidade de pesquisa de forma horizontal, pois na medida em que ocorrem os não avanços, a criminalidade evolui, e essa evolução cresce em largas escalas.

Contudo, a pesquisa tem como fundamentos iniciais de um projeto futuro de políticas públicas na área de segurança pública. Acredito que diante das análises, não é apenas o aumento no quantitativo de efetivos, porque podemos inserir outros mecanismos de diversas áreas a favor da segurança pública, como por exemplo, o uso da tecnologia em diversas formas, como na área de prevenção com câmeras de monitoramentos, como postos policiais móveis em áreas de riscos, como na área de opressão na tecnologia de armamentos letais e não letais,

Também é preciso pensar na oportunidade dos cidadãos que por algum motivo infringiram a lei e passaram pelo sistema penitenciário, pois a sociedade incrimina moralmente este tipo de conduta, mas não pensam que supõhamente cometeu a infração pela falta de oportunidade que são dadas ou que não houve na vida do suposto cidadão, portanto, quando se trata de segurança pública, o assunto não se estuda apenas a opressão, e sim todo o conjunto técnico, do início do processo ao final, na prevenção, na detenção e na ressocialização, porque política pública não é apenas a realização de projetos e programas para sociedade, e sim o retorno da sociedade para o governo, assim a gestão pública reconhece seu papel na sociedade, pois é no retorno satisfatório da sociedade que avalia a gestão.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea.** 282 p. Tese (apresentada como exigência parcial para o Concurso de Livre-Docência em Ciências Humanas) – Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Saraiva 2005.

A. R. Mozzato, D. Grzybovski. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios.** RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>> acessado em julho de 2016.

AZEVEDO, J. A. M. **Análise de políticas públicas quanto ao seu *design*: um estudo de caso.** In: ENANPAD, 27, 2003, Atibaia. Anais. Atibaia: ANPAD, CD-ROM, 2003.

BARDIN L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado.** Brasília: MARE, 1995.

BRETAS, Marcos Luiz. **Observações sobre a falência dos modelos policiais.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 79-94, maio de 1997.

CARVALHO, M. A. **Uma introdução à análise de políticas públicas: análise custo-benefício, árvores de decisão e modelos de multiatributos.** In: ENANPAD, 29, 2005, Brasília. Anais... Brasília: ANPAD, 2005. CD-ROM.

CASA CIVIL. **PACTO PELA VIDA: PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA.** Recife – PE. Maio, 2007.

COELHO, Daniella Mello. **ELEMENTOS ESSENCIAIS AO CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL.** Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf\\_147/r147-20.PDF](http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_147/r147-20.PDF)> ACESSADO EM: 13 de Agosto de 2016

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos.** 3ª ed. Porto Alegre, Artmed: 2010.

DENHARDT, Robert B. **Teoria Geral da Administração Pública.** 5. Ed. Tradução de Francisco Heidemann. Florianópolis: ESAG/UDESC, 2008.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Pernambuco teve 3.891 mortes em 2015 e SDS estuda novas estratégias,** 2016. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/segurancapublica/?p=9381>> acessado em: 20 de Agosto de 2016.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas – Princípios, Propósitos e Processos.** São Paulo: Atlas, 2012.

ESTADO DE PERNAMBUCO, **Pacto pela Vida: Plano Estadual de Segurança Pública,** 2007. Disponível em <<http://www.pactopelavida.pe.gov.br/material-institucional/>> ACESSADO EM: 20 de Junho de 2013.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, M. D. **Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias.** Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, edição 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

FREITAS, C. A. S. **Auditoria de Gestão e Estratégia no Setor Público.** Escola Nacional de Administração Pública: revista do serviço público, Brasília, DF, ano 52, n. 4, p. 147, Out./Dez. 2001.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GAEBLER, Ted; OSBORNE, David. **Reinventando o Governo: Como o Espírito Empreendedor Está Transformando o Setor Público.** 9 ed. Brasília. MH Comunicação, 1997.

INFOPOL, 2014. Disponível em: <[www.pactopelavida.pe.gov.br](http://www.pactopelavida.pe.gov.br)> ACESSADO EM: 10 de Maio de 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LOPES, E. **Política e segurança pública: uma vontade de sujeição.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MARIN, I. S. K. **Violências.** São Paulo: Escuta / FAPESP, 2002.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2000. **O tamanho da PM nos Estados brasileiros.** Disponível em <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/policial-militar-traz-seguranca-o-tamanho-da-pm-nos-estados>> ACESSADO EM: 16 de Maio de 2016.

OLIVEIRA, Fernando Andrade de. **Conceituação do Direito administrativo.** Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, vol. 120, p.14, 1975.

OLIVEIRA, J. A. P. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-288, mar./abr. 2006.

**Pacto Pela Vida não atinge meta de reduzir homicídios**, JConline: Disponível em <[http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/01/09/pacto-pela-vida-nao-atinge-meta-de-reduzir-homicidios-em-12\\_porcento-112550.php](http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/01/09/pacto-pela-vida-nao-atinge-meta-de-reduzir-homicidios-em-12_porcento-112550.php)> Acessado em: 06 de Maio de 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estado, Sociedade Civil e Legitimidade burocrática**. Lua Nova – Revista de Cultura e Política, nº. 36, 1995: 85 – 104

PEREIRA, P. A. P. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e de direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, I. (Org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

PLANALTO, **Código do processo penal**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)> ACESSADO EM: 18 de Novembro de 2016.

RUA, M. G. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos**. Programa de Apoio a Gerência Social no Brasil, BID. 1997.

SALLA, F. **Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil**. Revista Lusotopie, Paris, v. 10, p. 419-435, 2003.

SANTOS, Jose dos, FILHO, Carvalho. **Manual de direito administrativo**. 20.ed.Lumen Juris, Rio de Janeiro,2008.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SEPLAG, **O Pacto Pela Vida**. Disponível em <<http://www.seplag.pe.gov.br/web/ppv/pacto-pela-vida>>ACESSADO EM: 06 de Maio 2016.

STAKE, Robert E. **Case studies**. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y S (edit). Handbook of Qualitative Research. SAGA Publications, 1994, p. 236-237.

V.A. CARVALHO, M.R.F. SILVA. **POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS**. Florianópolis, v. 14, 2010.

# APÊNDICE A

## PROTOCOLO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS

- **Pergunta de pesquisa norteadora:** Quais as distorções percebidas na política públicas de segurança, o Pacto pela Vida, pelos agentes sociais que são afetados por sua implantação?

PROTOCOLO DE PERGUNTAS – LOCALIZAÇÃO	
<b>Dados Gerais:</b>	Nome: _____ Idade: _____ Setor: _____
	<p><b>Perguntas filtros:</b></p> <p>Você conhecer a Política Pública de segurança o Pacto pela Vida?</p> <p>Você acompanhou ou tem conhecimento sobre ações de sua implantação nos últimos 5 anos?</p>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Você se sente segurança ao sair de sua residência, explique o motivo?</li> <li>2. Indique 3 (Três) pontos positivos do Pacto Pela Vida.</li> <li>3. Indique 3 (Três) pontos negativos do Pacto Pela Vida.</li> <li>4. Na sua concepção, o que falta para o programa atingir suas metas?</li> </ol>	

## ANEXO B

### - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).

Pesquisador: Ihago Correia Cunha

Objetivos da Pesquisa: Obter informação sobre a percepção do atual funcionamento do programa Pacto Pela vida na segurança pública.

#### **Possíveis desconfortos:**

Considerando que as análises dos dados coletados nas entrevistas protegem a identidade do entrevistado, **não** prevemos nenhum tipo de desconforto à participação do mesmo. Nas entrevistas com gravação de áudio, as perguntas serão feitas e aqueles que se sentirem à vontade para respondê-las assim poderão fazer.

#### **Direitos do Sujeito Pesquisado:**

São direitos do sujeito participante (entrevistado):

- Garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta;
- Liberdade de abandonar a entrevista a qualquer momento sem prejuízo para si;
- Garantia de privacidade à sua identidade;
- Garantia de sigilo de suas informações se o entrevistado assim o desejar;
- Garantia de que os gastos adicionais serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

#### **Dúvidas e Esclarecimentos:**

Em caso de dúvidas, entrar em contato com:

Faculdade Asces, Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico, Av. Portugal, 584, Bairro Universitário, Caruaru-PE – Brasil.

Aluno: Ihago Correia Cunha. Tel.: (81) 99751-7585 Matrícula: 2013108030.

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, tendo recebido todos os esclarecimentos acima citado, e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo toda documentação necessária, a divulgação e a publicação em periódicos, revistas bem como apresentação em congressos, workshop e quaisquer eventos de caráter científico.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do entrevistado

Assinatura do pesquisador Aluno

Nome:

Nome: Ihago Correia Cunha

**\* O TCLE é emitido em duas vias assinadas pelo sujeito e pelo pesquisador.**